

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE CRISTALINA- GOIÁS: REFLEXÕES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Ana Cláudia da Silva Souza¹

Manoel Soares de Aragão²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral, compreender como a educação inclusiva está organizada nos projetos políticos pedagógicos, no município de Cristalina, destacando-se que foram analisados apenas dois PPPs um de uma escola municipal de ensino infantil e fundamental e o outro de um Centro de Educação infantil Municipal (Creche). A educação inclusiva é uma concepção de ensino que tem como base garantir o direito de todos à educação. Ela prevê a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, observando, assim, as diversidades, culturais, intelectuais, físicas étnicas, sociais, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Portanto, é necessário mudar o sistema de ensino, que ainda é exclusivo, voltado para trazer as crianças para os padrões de normalidade estabelecidos pela história. O Projeto Político pedagógico (PPP) é uma ferramenta que reflete as propostas educacionais das instituições de ensino. Nesse sentido a pesquisa tem como fundamentos teóricos a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional, lei nº 9394/96 e autores como Mantoan (2004), Carvalho (2011), Veiga (2000).

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Valores educacionais.

ABSTRACT

1Graduando do Curso de Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal Goiano. E-mail:silvaclaudia26ana@gmail.com
2Orientador: Pedagogo, Psicopedagogo, Mestre em Ciências da Educação. E-mail:aragao132015@gmail.com

The present research has as general objective, to understand how inclusive education is organized in pedagogical political projects, in the municipality of Cristalina, highlighting that only two PPPs were analyzed, one from a municipal school for children and elementary education and the other from a Center Municipal Early Childhood Education (Nursery). Inclusive education is a teaching concept that is based on guaranteeing everyone's right to education. It provides for equal opportunities and the appreciation of human differences, thus observing the cultural, intellectual, physical, ethnic, social, sensory and gender diversities of human beings. Therefore, it is necessary to change the education system, which is still exclusive, aimed at bringing children to the standards of normality established by history. The Pedagogical Political Project (PPP) is a tool that reflects the educational proposals of educational institutions. In this sense, the research has as its theoretical foundations the Federal Constitution, the Law of Guidelines and the Basis of National Education, law nº 9394/96 and authors such as Mantoan (2004), Carvalho (2011), Veiga (2000).

Keywords: Education. Inclusion. Educational values.

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresenta uma revisão da literatura em relação à inclusão escolar no que tange a sua conceituação, características e os fatores relacionados ao desenvolvimento do aluno com algum tipo de necessidade especial, que abrangem nos aspectos; físico, social e cognitivo, baseados, principalmente, nas análises de autores como Mantoan (2004), Carvalho (2011), Veiga (2000).

A importância de se investigar a inclusão escolar está na urgência de conhecer as propostas curriculares capazes de atender, realmente às peculiaridades de aprendizagem de seus alunos criando-se caminhos mais ajustados às necessidades escolares de acordo com as demandas específicas dos mesmos.

Os documentos legais, entre eles a Constituição de 1934 (artigo 113, parágrafo 1º), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº9.394/96 e a Constituição da República Federativa no Brasil, 1988, artigo 205 fundamentam-se no princípio da igualdade, que diz que todos aqueles que constituem a diversidade social têm direitos iguais e que para que tais direitos sejam efetivamente contemplados, há que se garantirem condições diferenciadas, que possam atender ao conjunto de necessidades especiais. Neste processo, como as escolas se organizam? Como estruturam essas garantias? Qual a proposta pedagógica para o aluno que demanda um atendimento diferenciado?

Nesse sentido o conhecimento da realidade se deu por meio da análise do Projeto Político Pedagógico da rede de ensino de cristalina, das escolas que

vivenciam e que compõem o cotidiano institucional acerca de suas experiências profissionais, principalmente no que se refere ao seu papel na construção do trabalho pedagógico inclusivo.

A justificativa da escolha do tema “A Educação Inclusiva na Rede Municipal de Cristalina” dá-se devido ser um tema muito importante para a educação, principalmente atualmente. Realizamos um estudo descritivo sobre a educação inclusiva do município de Cristalina através da análise do projeto político pedagógico da rede de ensino. É possível incluir alunos com necessidades especiais no ensino municipal de Cristalina.

Utilizamos a concepção de Educação Inclusiva encontrada no projeto político pedagógico da rede municipal de Cristalina, foram utilizados como referências: Os estudos teóricos de Tereza Mantoan (2021), sobre inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer? Como também os estudos da Rosita Carvalho, removendo barreiras para a aprendizagem: Educação inclusiva (2019) Mazzota (2003), educação especial no Brasil, identificando os principais conceitos defendidos por esses autores relacionando com as principais concepções de educação inclusiva encontrada no projeto político pedagógico da rede municipal de Cristalina.

Conforme já mencionado no resumo, a pesquisa tem como objetivo geral, compreender como a educação inclusiva está organizada nos projetos políticos pedagógicos no município de Cristalina, destacando-se que foram analisados apenas dois PPPs um de uma escola municipal de ensino infantil e fundamental e o outro de um Centro de Educação infantil Municipal (Creche).

Os objetivos específicos foram identificar as principais concepções de Educação Inclusiva nos estudos de (Mazzota, Mantoan e Carvalho). Verificar no projeto político pedagógico (PPP) da rede municipal de Cristalina as principais diretrizes para o ensino do aluno com Necessidades Especiais (NEEs). Elaborar um relatório destacando as principais ideias sobre a Educação Inclusiva da rede municipal de Cristalina. Apresentamos uma pesquisa descritiva sobre Educação Inclusiva (TCC) como exigência do curso de pedagogia.

A Educação Inclusiva no Brasil já é um tema que vem sendo discutido há algumas décadas, no entanto ainda existem muitos desafios a serem perseguidos. Assim interessa saber como a Educação Inclusiva é concebida na rede municipal de Cristalina.

No Brasil a Educação Inclusiva simplesmente começou a ter base a partir da Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca. E somente nos anos 2000 que passou a se chamar Educação Inclusiva.

O espaço escolar pode sugerir ações do dia a dia que facilitariam tanto o trabalho docente quanto a plena inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades a partir do estabelecimento de ações geradas pela gestão democrática da educação.

A educação inclusiva tem se apresentado de extrema importância para que as crianças e adolescentes com necessidades especiais, educacionais e específicas desenvolvam competências e habilidades a ser utilizadas no seu dia a dia.

Ao proporcionar a inclusão, é necessário analisar bem o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da escola. O PPP é um instrumento que reflete a proposta educacional da instituição de ensino, é a expressão da cultura da escola com sua recriação e desenvolvimento.

O projeto político pedagógico (PPP) deve apreciar o atendimento à diversidade, ou seja, atender e ensinar a todos. Mas para a sua construção, é necessário primeiro conhecer a realidade na qual estamos inseridos e, logo adiante, refletir sobre ela para só depois planejar as ações para a construção da realidade esperada.

Um projeto político-pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em um agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores. (Pedagogia ao Pé da Letra, 2013).

De fato, um projeto político pedagógico de qualidade é expressão da cultura escolar e das crenças, valores, significados, formas de pensar e de comportamento das pessoas envolvidas em seu desenvolvimento. O texto está dividido em seções, da seguinte forma: na primeira seção apresentamos o referencial teórico, em seguida a metodologia de pesquisa, logo após, resultados e discussões, as considerações finais e por último, as referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES CONTEXTUAIS

A educação inclusiva é uma concepção de ensino que tem como base garantir o direito de todos à educação. Ela prevê a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, observando, assim, as diversidades, culturais, intelectuais, físicas étnicas, sociais, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Pressupõe a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Escola inclusiva também é aquela que garante a qualidade de ensino escolar a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e atendendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Conforme Observatório de educação ensino médio e gestão (2022):

Os cinco princípios da educação inclusiva são:

1 - Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.

2 - Toda pessoa aprende.

3 - O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular.

4 - O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos.

5 - A educação inclusiva diz respeito a todos. (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

Seu principal intuito é garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, sem qualquer exceção. O processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino é a educação inclusiva. Em se tratando da busca de uma sociedade inclusiva, é preciso realizar atividades de inclusão para além do ambiente escolar.

O processo educativo é um dos principais fundamentos da vida social e devem fornecer os meios necessários para o desenvolvimento cognitivo social dos alunos compreenderem o seu papel como cidadãos. Apropriação crítica o conhecimento sistemático da sociedade nas escolas permitirá que elas participem de diversas situações em sua vida. Analisar a função social da escola atual, que pode ser entendida como um espaço socialização e inserção social conduzem o sujeito ao caminho de se estabelecer consciência crítica e ética, e a capacidade do sujeito de refletir na sociedade.

Dado este papel único das escolas, espera-se, portanto, que o tema Inclusão e especificidade são discutidas e exercidas em toda a organização administrativa, ensinar, construindo um espaço de experiência de saberes e habilidades apontando

para o exercício da cidadania o paradigma da educação inclusiva implica a transformação da sociedade, pelos diferentes, na construção e ampliação da participação de todos que compõe o todo.

Segundo Silva (2012), por ser espera-se que as culturas, práticas de ensino e políticas praticadas pelas instituições de ensino atendam e respondam à diversidade de seus alunos. Perceber o indivíduo em sua singularidade, visando à satisfação pessoal, e sua alcançar o crescimento sem desvalorizar o coletivo. Como permeia todos os aspectos da humanidade, a inclusão exige uma mudança de atitude cristalizada para garantir cada vez mais espaço para a sociedade contemporânea e promover a reorganização inclusiva e imparcial de ações e práticas. Essa consciência pode ser despertada através da autoconsciência.

A educação inclusiva traz mudanças nos valores educacionais tradicionais, o que significa desenvolver novas políticas e reestruturar a educação. Portanto, é necessário mudar o sistema de ensino, que ainda é exclusivo, voltado para trazer as crianças para os padrões de normalidade estabelecidos pela história. A educação inclusiva é a transição para uma sociedade inclusiva, um processo de aumento da participação de todos os alunos nas instituições de ensino formal.

Esta é uma reorganização da cultura escolar, práticas e políticas para acomodar a diversidade dos alunos. É uma abordagem humanista e democrática que compreende o sujeito e sua singularidade, e visa promover o crescimento, a satisfação pessoal e a inclusão social para todos:

A educação inclusiva é definida como a participação de todas as pessoas – independentemente do talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – na prática de fornecer escolas e salas de aula que atendam às necessidades desses alunos (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

2.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA SEGUNDO CARVALHO E MANTOAN

A inclusão é um direito humano, a educação compreende um processo humano, intergeracional e sócio-histórico. Nessa visão mediante o processo educativo que representamos a nossa condição humana, com a apropriação e transferência de saberes, valores, usos, costumes, conhecimentos e práticas que estão nas relações sociais com outros seres humanos.

“A inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula” (MANTOAN; SANTOS, 2006).

O termo educação inclusiva significa que a escola está disposta a atender a todas as necessidades de diversidade do aluno médio da escola. De acordo com Mantoan.

Há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. (MANTOAN, 2004, p. 7-8).

Mantoan coloca que não é a “Deficiência” em si, que tem condenado pessoas a marginalidade, a exclusão, ao abandono, mas as concepções ideológicas de homem e sociedade ideais que foram concebidas ao longo da nossa história. A autora em seus estudos reforça que as escolas de qualidade, são aquelas que atendam às necessidades de todos os alunos incondicionalmente e que reconheça a diversidade e que estimulem o respeito às diferenças.

Embora todos os educadores concordem com a necessidade de melhorar a qualidade de nossa resposta educacional a todos os alunos (crianças, adolescentes, jovens e adultos), há uma abordagem inclusiva de como nosso sistema de gestão de políticas educacionais e nossas escolas são abordados. Alguns são mais radicais, seja defendendo a permanência da educação especial em seu “modelo” de atendimento, ou a desintegração da educação especial; outros, mais moderados, defendem que a educação especial precisa rever seus princípios e procedimentos e caminhar em direção a um “modelo” suporte. ”.

Voltando ao trecho da Declaração de Salamanca, ressaltando que a proposta de educação inclusiva não é específica para alunos com necessidades educacionais especiais ou qualquer outro termo escolhido. Como um processo contínuo, dialético e complexo, envolve qualquer aluno que, por cidadania, deve frequentar uma escola de qualidade, onde aprenda a aprender, fazer, ser e participar ativamente. Vários desafios foram identificados e precisam ser enfrentados, dentre eles, destaca-se o aspecto atitudinal, principalmente pelo imaginário coletivo de preconceitos e estereótipos sobre o tratamento e internalização da biodiversidade. (CARVALHO, 2011, p. 1).

Para Mantoan (2003, p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender, não para marcar um passo ou serem segregadas em classes especiais e serviços separados”.

A educação inclusiva configura-se dentro da diversidade inerente à espécie humana para sentir e atender as necessidades educacionais especiais dos alunos em todas as disciplinas, na sala de aula geral, no sistema regular de ensino, para promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal. Práticas de ensino coletivas, multifacetadas, dinâmicas e flexíveis exigem grandes mudanças na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humanística dos professores e na relação entre casa e escola. Mantoan (2004), afirma que a educação inclusiva:

É fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja redefinida a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como éticos, justiça e direito de acesso ao saber e à formação. (MANTOAN, 2004, p. 45).

Para a autora, Maria Teresa Mantoan, a educação inclusiva está em reconhecer, e atender a heterogeneidade dos alunos, o multiculturalismo, as desigualdades sociais e, que as diferenças devem ser vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, e sim como fatores de enriquecimento, tendo como princípio a diversidade. Uma vez que esse direito se estende a todos os indivíduos, não importando as condições, às pessoas deficientes ou não devem conviver, respeitando-se nas suas peculiaridades e diferenças individuais. Para Carvalho (2007):

A educação inclusiva pode ser definida como a prática de inclusão de todos, independentemente de seus talentos, deficiências, origem socioeconômica ou cultural. A proposta de Educação Inclusiva traduz um desejo milenar, se devidamente entendido como educação de qualidade para todos e para todos, de buscar caminhos e meios para remover barreiras de aprendizagem e engajamento do educando, indistintamente. (CARVALHO, 2007, apud NETO *et al*, 2018, p.10).

Carvalho (2007) reconhece a importância da educação para todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas e emocionais. Implica dizer que é necessário dar respostas adequadas às características e necessidades de todos os alunos. A Escola deve ser de qualidade com ações

planejadas e organizadas que deem conta da diversidade dos alunos. Portanto, a inclusão escolar para a autora, é um desafio que, ao ser efetivamente enfrentado pela escola regular, provoca a melhoria da qualidade na educação.

2.3. PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO) E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Projeto Político pedagógico (PPP) é uma ferramenta que reflete as propostas educacionais das instituições de ensino. Conhecido como Projeto de Ensino, é um documento que todas as escolas devem produzir sob a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O projeto político pedagógico é aquele que tem as orientações e o caminho a ser trilhado para a concretização na prática sistemáticas de uma realidade que se deseja obter.

Dentro de uma perspectiva inclusiva o ensino deverá ser em classes apropriadas conforme a faixa etária, desenvolvimento de interesses, diversidade e necessidades especiais de cada estudante, respeitando a etapa do desenvolvimento cognitivo em que se encontram, ou seja, o processo de aquisição de conhecimento (cognição), envolvendo fatores diversos como o pensamento, a linguagem, a percepção, a memória, o raciocínio que fazem parte do seu desenvolvimento intelectual, de como assimilam e compreendem cada informação passada.

Segundo Veiga (2004) a escola é o ambiente de convicção, desempenho e avaliação do seu objetivo educativo, embora necessite organizar seu trabalho pedagógico baseado nos estudantes. Por tanto, a escola para todos, sem exceção, deve englobar em seu Projeto Político Pedagógico ações que permita a construção do conhecimento, do processo de aprender para todos, incluindo os alunos com necessidades especiais. (VEIGA, 2004).

De acordo com Veiga (2004), o projeto “busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”. Ele é um ato intencional com uma responsabilidade definida em conjunto, pelo grupo escolar na busca da sua identidade, também é entendido como projeto educativo, um instrumento teórico- metodológico, onde a intenção é construir para a organização do conhecimento escolar.

A inclusão para ser vivida na escola, é preciso que a escolha política do projeto político pedagógico reúna um conjunto de ações pedagógicas e seja a de

uma educação voltada para a inclusão de todas as pessoas da escola no movimento de modificação da realidade, a fim de estes atuarem no processo de forma consciente, rompendo paradigmas, construindo assim uma escola democrática.

O projeto político pedagógico pode ser entendido como elemento norteador da ação educativa, que se vincula ao projeto sócio-histórico, trazendo uma forma específica de compreender a escola e seu papel na sociedade. A legislação brasileira atual é baseada em uma política de educação inclusiva que o Ministério da Educação defende desde 1990.

Compreender o papel político da escola e as formas como paradoxalmente se vincula a programas sociais específicos é fundamental para discutir a importância e o significado dos programas de instrução política na organização do trabalho instrucional escolar. Todo projeto político pedagógico tem uma intenção, e é ele quem aponta a direção de um norte, uma escola, e pinta a face da escola, sua identidade, como entende Oliveira (2004). Portanto, o programa de ensino político da escola é sempre um processo inacabado, um passo em direção ao objetivo de ser a visão da escola.

O termo Projeto Político Pedagógico de ensino foi cunhado na década de 1980 para contrariar visões burocráticas e tecnológicas e afirmar a natureza política do projeto. Veiga (2000) considera três pontos básicos na especificidade do projeto. Primeiro, o projeto é uma antecipação do futuro e deve orientar e orientar nossas ações agora; Segundo, tem uma dimensão utópica, uma idéia que se transforma em ação, que reforça a natureza política da educação, dá importância ao papel da engenharia e se volta para o desenvolvimento um projeto histórico de transformação social; Terceiro lugar, quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva pode alcançar um sentimento de pertencimento e identificação com a proposta. (VEIGA, 2000, apud POKER; TENDOLINI, 2009, p.1).

Para Veiga (1995), o projeto de política de ensino preocupa-se com a organização do trabalho docente em dois níveis: a organização escolar como um todo e como sala de aula, incluindo sua relação com o meio social imediato, buscando manter uma integridade visionária. De modo a buscar organizar o trabalho docente como um todo. (VEIGA, 1995).

Veiga (2000) vê o projeto como um todo inequívoco, derivado da reflexão e orientação sobre a sociedade, a educação e as pessoas, uma proposta de ação educativa política e não um artefato técnico como se pretende. O projeto expressa a identidade da escola. Essa intencionalidade só pode ser percebida na totalidade da atividade educativa escolar. (VEIGA, 2000).

Movimentos que envolvem os alunos na escola sejam sociais ou estabeleça algumas necessidades especiais para garantir a transversalidade da ação educativa e incentivar o desenvolvimento da pedagogia, remova as barreiras ao ensino e à aprendizagem. Todo esse processo precisa servir como um guia de PPP para a construção de escolas democráticas de fato. O Programa de Ensino de Políticas emerge do processo de diálogo e reflexão permanente da escola - lugar de concepção, realização e avaliação. O PPP define a identidade da escola e aponta o caminho para um ensino de qualidade. O processo de desenvolvimento e implementação de um plano de ensino é complexo e sempre surgirão dúvidas sobre determinados tópicos.

Seu tempo de construção Compartilhar e participar do "todo", resultando em comportamento e Pense na comunidade escolar. O PPP, que trata a organização do trabalho escolar como um todo, deve se basear nos princípios que norteiam a escola democracia, pública e gratuita, dando às escolas uma identidade institucional.

Segundo Veiga (1991, p. 82), “os princípios do PPP são: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade/autonomia e valorização do magistério”.

Estes têm características permanentes baseiam-se em ação de ensino. Acreditamos que os princípios analisados e o aprofundamento A investigação sobre a organização do trabalho docente contribuirão relacionado ao entendimento das limitações e possibilidades do PPP Projetado para atender aos interesses das camadas menos favorecidas.

Segundo Veiga, a importância desses princípios é garantir o seu funcionamento dentro da estrutura escolar, porque uma coisa está no papel, na legislação, nas propostas, nos cursos pensamento, o outro se dará na dinâmica interna da escola, em Ação- reflexão- ação, na realidade, em concreto. (VEIGA, 1991, p.82).

Serão abordados cada um desses princípios:

Gestão Democrática: Este é um dos princípios previstos pela constituição Federal abrangendo aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Governança democrática significa repensar a estrutura de poder da escola, com vistas à socialização da escola, permitindo que diferentes setores participem coletivamente do processo decisório. A gestão democrática é um princípio fundamental no desenvolvimento de PPPs e é um importante direcionamento para

que se veja a integridade das ações da escola, sejam políticos ou pedagógicos, são definidos por toda a comunidade escolar.

Igualdade: Segundo Veiga, a igualdade de oportunidades, mais comparado com a expansão do número de ofertas, precisa o atendimento acompanhar a qualidade. Isso significa: Acesso, perpetuamente, e sucesso escolar. (VEIGA, 2013, p.16).

Qualidade: O desafio do PPP é proporcionar educação de qualidade para todos, não privilégio das minorias econômicas e sociais, e além de garantir padrões mínimos de qualidade para as instituições de ensino.

Segundo Veiga, a escola de qualidade tem obrigação de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão. Precisa garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos. Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que as crianças, em idade escolar, entrem na escola. É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem. (VEIGA, 2013, p. 17).

Liberdade/Autonomia: O princípio da liberdade está sempre associado à autonomia, que se refere às regras e diretrizes que fazemos o corpo principal da ação educativa, sem imposição externa. A liberdade também deve ser vista como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e disseminar arte e conhecimento contra uma intenção definida coletivamente. Nas escolas, a relação entre as diferentes partes deve ser considerada em um ambiente participativo, onde todos podem influenciar o processo decisório e, portanto, prestar contas a eles, inclusive na formulação do PPP.

Valorização do magistério: A qualidade da educação está intimamente relacionada à formação inicial e continuada, condições de trabalho e remuneração dos profissionais docentes. A educação continuada é essencial para discutir a organização e as relações em toda a escola e sociedade.

A educação continuada é direito de todos os profissionais que atuam nas escolas, pois possibilita não apenas o avanço funcional com base na titulação, qualificação e habilidades do profissional, mas também fundamentalmente, também proporciona desenvolvimento profissional para professores relacionados à escola e seus programas. (VEIGA, 2013, p. 20).

2.4. AS PRINCIPAIS LEIS QUE ASSEGURAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

As discussões sobre inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) na escola são relativamente recentes, mas toma corpo no âmbito internacional e nacional. Parte desta seção traz um levantamento sobre as principais leis e (re)pensar os princípios norteadores desses documentos para alunos com NEE, a saber. A LEI Nº 4.024/61, assim diz:

Lei Nº 4.024- 1961: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Segue trecho: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

O atendimento a Educação Especial aparece pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, preconizando como uma educação de excepcionais, sempre que possível, no sistema geral de educação. Quer dizer, somente a partir de 1961 são sinalizadas recomendações para a integração da educação especial no sistema nacional de educação. A lei Nº 5.692-1971 no texto:

Lei Nº 5.692 – 1971: A segunda lei de diretrizes e bases educacionais do Brasil foi feita na época da ditadura militar (1964-1985) e substituiu a anterior. O texto afirma que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. Essas normas deveriam estar de acordo com as regras fixadas pelos Conselhos de Educação. Ou seja, a lei não promovia a inclusão na rede regular, determinando a escola especial como destino certo para essas crianças. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

A lei nº 5692/71 reafirmou a necessidade de conferir um tratamento adequado aos alunos com necessidades especiais. Assim a educação das pessoas com deficiência foi assegurada pelo parecer nº848/1972 o qual solicitava ao poder público a viabilização de subsídios para o equacionamento do problema relacionado com a educação dos excepcionais. Na mesma linha de pensamento, a Declaração de Salamanca de 1994 fala sobre:

Declaração de Salamanca 1994: Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994,

com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. (MENEZES, 2001).

Em 1994 na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais é aprovada a Declaração de Salamanca, considerada o marco mundial na difusão da essência da educação inclusiva. Ainda acerca da Declaração, a mesma assim enfatiza:

É considerado um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. (MENEZES, 2001).

Nas décadas de 60,70 e 80 houve uma significativa produção de documentos por organizações mundiais que expressam a urgência do combate à exclusão e a necessidade de serem criadas disponibilidades e condições de operacionalização da inclusão escolar e social. Passa então a ser defendido o princípio da inclusão como uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial. Na Declaração de Salamanca (1994):

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela "... proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de "educação para todos" firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem". (MENEZES, 2001).

A partir de então a expressão "necessidades educativas especiais" ganhou força no campo educacional, referindo-se a todas as crianças e jovens que revelam precocidade ou atraso na aprendizagem do conhecimento estudantil comparados a alunos da mesma faixa etária.

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por que motivo for. Assim, a idéia de "necessidades educacionais especiais" passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer

escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. (MENEZES, 2001).

Esse mesmo documento enfatiza, que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, com uma pedagogia equilibrada que beneficie todas as crianças. Segundo a Declaração de Salamanca:

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificação organizacional, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...). Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”. (MENEZES, 2001).

A Declaração de Salamanca é considerada o marco mundial na difusão da essência da educação inclusiva. É necessário que a escola se adapte às características dos alunos e lhes proporcione experiências facilitadoras da aprendizagem. Segundo a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

Lei nº 9.394 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB): define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público. (GIL, 2017).

Visando a ajustar-se à legislação federal brasileira, em 1996 homologa-se a LDBEN nº 9394, a qual entende que a educação de pessoas com necessidades especiais deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino e que vai além das iniciativas até então aventadas, ou seja, de fato normatiza a educação de sujeitos com alguma deficiência.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizada foi bibliográfica, documental e de campo e a trajetória metodológica percorrida se deu através de coleta de dados com informações em diversos autores e através do projeto político pedagógico (PPP) de uma escola de ensino infantil e fundamental e um centro de educação infantil, (creche) ambas públicas municipais, assim consideramos, a pesquisa qualitativa como percurso metodológico, entendida como instrumento de compreensão detalhada, em profundidade dos fatos que serão investigados.

Segundo Minayo (2009, p. 21) A pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

O reconhecimento social, a documentação e a pesquisa científica sobre a heterogeneidade das sociedades, dos sujeitos e de suas respectivas diferenças, vêm aos poucos ampliando seus espaços de discussão na corporação que se constroem democráticos, que se atentam com as capacidades concretas de uma maior exclusão que causou bojo da globalização em processo.

Temos como objetivo conhecer a concepção da inclusão escolar que é oferecida na rede municipal de Cristalina não para buscar culpados que justificam a exclusão, a não aprendizagem de alunos com Necessidades Especiais (NEE), mas agirmos todos juntos na superação de mecanismos de produção de desigualdades a partir da escola, democratizando-a de fato e de direito, ou seja, na tentativa de melhor compreendermos as características, de como a proposta pedagógica da rede municipal de Cristalina concebe o ensino para as crianças ditas especiais.

A história do município de Cristalina remete-nos ao início da ocupação destas suas terras pelos homens brancos e negros, que iniciam, assim, o processo de urbanização atraído pelo garimpo, como o próprio nome já diz, Cristalina faz referência a uma de suas maiores riquezas: o cristal de rocha, minério do qual, por longo período da história do município, veio a sustentação de milhares de pessoas que o extraíram, lapidaram e transformaram em joias e materiais diversos.

A retomada histórica destes fatos evidencia-nos que muitos desses ocupantes garimpeiros traziam uma bagagem cultural, diversificadas vistas que vinham de diversas regiões do Brasil. Com o enfraquecimento do garimpo, abriu lugar para a agricultura e os agronegócios. O município de Cristalina tem aproximadamente 61.385 habitantes, população estimada em 2021, segundo o IBGE. Conta o

município atualmente com 10 escolas municipais na zona urbana, 10 escolas municipais no meio rural, 01 escola de ensino especial e, 13 Centros de Educação Infantil (creches próprias e conveniadas). Fizemos análise documental no projeto político pedagógico de duas instituições, uma escola e um centro de educação.

A intenção de ter realizado uma pesquisa qualitativa, foi por considerá-la mais adequada para compreender como, no cotidiano escolar, são concebidas e trabalhadas as necessidades específicas dos alunos especiais que participam do processo educativo nas instituições escolares da rede municipal de Cristalina.

Esta pesquisa constitui exigência do curso de pedagogia sendo parte de trabalho de conclusão de curso (TCC) e foi realizada através de estudo bibliográfico de análise documental, (proposta pedagógica). Descrevemos o contexto em que se situa nosso campo de pesquisa. Analisamos os documentos prescritivos elaborados pelas escolas que atendem alunos com Necessidades Especiais, a autonomia das escolas em elaborar sua proposta educativa. Confrontamos os documentos das escolas com o que dizem o referencial teórico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para falarmos dos resultados e discussão acerca dos mesmos, enfatizamos que a pesquisa se deu na cidade de Cristalina, em duas escolas municipais, uma que atendem do agrupamento de quatro anos ao 5º ano do ensino fundamental, com 229 alunos, a outra é uma CEI atende dos seis meses (Berçário) a quatro anos e 11 meses (Agrupamento de 4 anos) com aproximadamente 127 alunos.

A análise está em compreender como o projeto político pedagógico de duas escolas da rede municipal de Cristalina concebe a educação inclusiva na rede regular de ensino, o Projeto político Pedagógico da **Escola A** (Centro de Educação Infantil) e da **Escola B** (Escola de Ensino fundamental I), voltado principalmente na inclusão, lembrando que usamos nomes científicos, por questão de ética, por isso em nenhum momento será citado nomes seja de servidores ou da própria Instituição. Decidimos então fazer uma análise detalhada desse material.

Por ser o documento principal da escola, ele detalha todos os objetivos, diretrizes e ações que devem ser levados em conta no processo educativo, que é o objetivo final da escola. A partir desse contexto, o PPP deve integrar um resumo das requisições sociais e legais da escola, tal como, as métricas e expectativas de toda

a comunidade escolar. Em outras palavras, o documento deve demonstrar a cultura da escola e deve articular claramente os valores da escola, a situação atual e as formas de melhorá-la.

O projeto político pedagógico da **Escola A**, como também da **Escola B** é apresentado da seguinte forma: Apresentação, Dados da escola, Histórico, Missão, Diagnostico, Objetivos, Princípios legais e norteadores, Estrutura e funcionamento da instituição, onde o da Escola A é infantil e da escola B Fundamental, Organização curricular, Projetos pedagógicos, Avaliação, Plano anual de ação coletiva da instituição, Referências bibliográficas, Ata da aprovação, Anexos e Relatório de análise do projeto político pedagógico.

A **Escola A** é um Centro de Educação infantil, que fica situada no município de Cristalina GO, a **Escola A** é uma Creche e Pré Escola o horário de funcionamento é das 07h30minàs17h00minhoras, a Instituição atende 127 alunos, caracteriza se por enfatizar um trabalho voltado ao lúdico, com a ampla participação da família e de toda equipe com profissionais capacitados. O PPP elaborado com a participação de todos promove uma busca de melhorias e adequações necessárias para que se possa obter resultados de qualidades. Tem como objetivo geral trabalhar o desenvolvimento integral das crianças dos seis meses aos quatro anos de vida, trabalhando as dimensões expressivas motora, afetivas, cognitiva, linguística, ética e sócia cultural. Que a criança desenvolva uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente com confiança em sua capacidade e percepção de suas limitações.

A formação dos professores da **Escola A** são todas em licenciatura em pedagogia, apenas uma professora tem formação em letras, tem os monitores que estão cursando o curso de pedagogia e os que estão no ensino médio. São oito professoras treze monitoras, uma secretaria duas merendeiras, dois auxiliar serviços gerais, duas coordenadoras e a diretora geral.

A **Escola B** é uma escola de ensino fundamental, situada na cidade de Cristalina GO, horário de funcionamento das 07h30minàs15h00minhoras, as aulas são apenas no turno matutino, Instituição atende 229 alunos, é uma escola onde a modalidade de ensino ofertada é a educação infantil: agrupamento de 5 anos e ensino fundamental: anos iniciais 1º ao 5º ano. É um local onde o aluno exerce sua cidadania e solidariza os seus valores pessoais, por isso faz se necessário que a escola seja um local agradável, onde os estudantes se sintam bem para

adquirir conhecimentos e praticá-los. O objetivo geral é aprimorar a qualidade de ensino, resgatando valores essenciais para uma melhor vivência no mundo, através da aplicação de práticas pedagógicas, efetiva e da participação familiar, garantir a formação integral do educando procurando desenvolver as competências básicas assegurando um desempenho de excelência.

A formação dos professores da **Escola B** são todas em licenciatura em pedagogia, tem os monitores que estão cursando o curso de pedagogia e os que estão no ensino médio. São dez professoras de seis monitoras, uma secretária três merendeiras, quatro auxiliar serviços gerais, duas coordenadoras e a diretora geral.

Procurando compreender como se estabelece o PPP em relação à inclusão e o AEE (Atendimento educacional especializado) tanto na Escola **A** como na Escola **B** o AEE atende o público-alvo da educação especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereçam meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM), entretanto na Instituição **A** não possui uma sala de AEE, o atendimento é realizado na secretaria municipal de Educação. A **escola A** é uma instituição inclusiva, no momento tem apenas um aluno com necessidades especiais, onde se tem recebido informações e o apoio da Assessoria de Educação especial sobre o processo de inclusão, como na Instituição não tem a sala de recursos multifuncionais para o atendimento AEE a orientação segundo RESOLUCAO CME 056/2017 enviando para CEI é que as crianças devem ser encaminhadas para as instituições mais próximas que disponibilizem desse espaço para receberem o atendimento. Na perspectiva da Educação inclusiva a avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas potências é necessário que o professor saiba como ele ser avaliado em todas as áreas assim como acontece com outras crianças. Dessa forma é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado na Ficha de adaptação/ adequação curricular. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio da nota dos demais alunos, como diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano, justificando a nota dada.

Na sala multifuncional durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o plano de atendimento individual elaborado pelo professor AEE, no final do bimestre o professor deverá descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutem no seu desempenho escolar. Nesse caso isso ocorre apenas na **escola B**, pois é onde tem a sala multifuncional, o AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em momentos díspares, é realizado uma troca de diálogo constante entre os docentes e os discentes. Não é um reforço e não é uma sala separada. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambiente e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

A partir da análise dos dados obtidos através da pesquisa qualitativa, por meio das análises dos Projetos, fomos delineando a prática pedagógica em inclusão escolar, com a intenção de compreender como as escolas pesquisadas trabalham a inclusão de alunos com NEE na rede pública.

O tema da inclusão escolar contribuiu para a minha formação trazendo um conjunto de novas e instigantes questões que não poderiam mais deixar de ser consideradas em qualquer atuação como educadora e também percebê-la que a inclusão escolar está presente em todos os níveis de ensino, especialmente nas escolas públicas quando a exclusão se faz mais acentuada.

A partir das análises do Projeto Político Pedagógico (PPP) observamos o papel que a instituição escolar desempenha na formação autônoma do aluno com necessidade especial. Reconhecer as potencialidades destes estudantes e estimulá-las requer saberes específico e, muitas vezes, os professores não sabem como fazê-lo. Em síntese, destaco alguns aspectos que considere relevantes para um sistema inclusivo;

- 1- A escola cada vez mais deve se tornar inclusiva na valorização da permanência do aluno com NEE, reforçando a importância dos colegas e

grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem.

- 2- Conclamar a presença da família e esta, por sua vez deve ser ouvida, relatando as características dos filhos para que juntos possam identificar e estimular suas potencialidades evitando que sejam considerados 'diferentes'.
- 3- Elaborar, acompanhar os Projetos curriculares, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O resultado emocional do estímulo ou da retenção para o aluno e sua família.
- 4- Investir na Formação Continuada do professor, promovendo discussões permanentes para rever o projeto de inclusão na escola. E, por fim colocar em ação a proposta curricular definida pelo projeto político pedagógico, reconhecendo suas raízes na cultura, na história e nos interesses sociais e políticos que lhe dão origem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão decorre de um complexo processo de mudanças qualitativas e quantitativas necessárias para definir e aplicar soluções possíveis de serem aplicadas nas práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos que demandam atividades específicas de aprendizagens. Ao analisar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das duas escolas pesquisadas, concluímos que foi bastante proveitoso e, contribuiu para analisar as percepções de inclusão de alunos com necessidades especiais em ambientes escolares.

Porém existem ainda muitos obstáculos a serem vencidos tais como: estrutura física, planejamentos coletivos onde os pais sejam inseridos, formação continuada sobre a inclusão que está sendo ofertada, planos de trabalho mais adequados na intenção de minimizar as barreiras efetivas envolvendo alunos, pais e professores.

Muitos professores não têm oportunidade ou desejo de aprimorar seus conhecimentos para lidar com o aluno com necessidades especiais, mesmo sabendo que o acesso desse segmento populacional está garantido em leis. A escola que desejamos inclusiva de qualidade para todos ainda infelizmente está

longe de ser alcançada no contexto atual, visto que a exclusão social é uma realidade em todo o país. Portanto, é possível ver mudanças ainda que tímidas na compreensão das garantias educacionais dessas crianças, conforme observamos nos PPPs das escolas pesquisadas, esse documento estabeleça ações com objetivo de atender, e construir uma proposta pedagógica.

Uma premissa que consideramos importante destacar está na importância da educação infantil para o processo de inclusão. A escola, depois da família, é a primeira instituição de socialização da criança, sendo essa uma oportunidade de sensibilizar todos em relação às deficiências, assim como desmistificar concepções pré-existentes.

Assim finalizamos esse trabalho cujo objetivo era relacionar a teoria com a prática, visando apresentar um panorama acerca da educação inclusiva, com ênfase no ensino infantil. Diante dessa perspectiva, observou-se que a inclusão de alunos com deficiência na educação infantil envolve diferentes concepções de deficiência e questões como avaliação, currículo, recursos, respostas dos professores, estrutura escolar e salas de apoio, conforme está contemplada nas Leis Diretrizes e bases da Educação, cujos pressupostos estão em atender às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, adolescentes e adultos por meio da transformação do sistema educacional.

REFERÊNCIAS

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.

Pedagogia ao Pé da Letra, 2013. Disponível em:

<<https://pedagogiaaopedaletra.com/a-construcao-do-projeto-politico-pedagogico-da-escola/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. (2011). Educação inclusiva: do que estamos falando?. Revista Educação Especial, (26), 19–30. Recuperado de

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. DIVERSA. Instituto Rodrigo Mendes. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/#:~:text=Lei%20n%C2%BA%209.394%20%E2%80%93%20Lei%20de,educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20para%20fins%20de>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2004.

_____. **Inclusão Escolar sobre inclusão escolar o que é? porque? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. Revista CEJ, Brasília, v. 8, n. 26, jul./set. 2004. p. 36-44. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/622>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MANTOAN, M. T. É; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha**. Educação (PUC/RS), Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

MENEZES, EbenezerTakuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 18 agosto 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

NETO, A. de O. S; ÁVILA, É. G; SALES, T. R. R; AMORIM, S. S; NUNES, A. K; SANTOS, V. M. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial | v. 31 | n.60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018. Santa Maria. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ENSINO MÉDIO E GESTÃO. INSTITUTO UNIBANCO. **Educação inclusiva e a valorização das diferenças**. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-inclusiva-e-a-valorizacao-das-diferencas>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

POKER, Rosimar Bortolini; TENDOLINI, Eliane. **Projeto Político Pedagógico e Educação Inclusiva**. (Departamento de Educação Especial - FFC/Unesp Marília). 3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Pr. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/303.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

STAINBACK, W. & STAIBACK, S. **Inclusão: um Guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão**. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VEIGA, I. P. A. **Escola, currículo e ensino**. In: VEIGA, I. P. A.; CARDOSO, M. H. (Orgs.). *Escola Fundamental: currículo e ensino*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. **Projeto político-pedagógico: Continuidade ou transgressão para acerta?** In: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org). *O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. (org) **projeto político pedagógico da escola: Uma construção possível**. São Paulo editora papirus 2004.

_____. **Projeto político pedagógico da escola, uma construção possível**. 29 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.